

Médicos fazem sua advertência à Constituinte

Rio de Janeiro — O conhecido oftalmologista Hilton Rocha alertou ontem os constituintes para o risco de ser aprovado o artigo 348 parágrafo terceiro, do anteprojeto da Constituição. Segundo Hilton Rocha, que foi o único médico a participar da Comissão Afonso Arinos, a aprovação desse artigo poderia trazer um total desestímulo às atividades da área privada ligadas à medicina e saúde.

O professor Hilton Rocha defende uma profunda reestruturação dos setores de saúde e educação no Brasil, mas acha indispensável a atuação da área privada.

"A área privada é que estimula o aprimoramento técnico, enquanto a medicina social de hoje está estagnada e não atende mais às necessidades da população", acrescentou Hilton Rocha.

Pelos dispositivos do anteprojeto entre outros pontos fica explícita a possibilidade de desapropriação dos serviços de saúde de natureza privada, conforme dispuser a lei. Daí viria o desestímulo que Hilton Rocha recela.

Com essa opinião concorda outro famoso médico, o cardiologista Euclides Jesus Zerbini. Para Zerbini, no seu campo específico de assistência cardiovascular, o Brasil tem hoje uma das melhores estruturas do mundo construída graças à de-

dicação de um grupo de gente ativa e competitiva, e isso se deve à iniciativa privada.

Segundo o oftalmologista Hilton Rocha, não se pode aceitar nenhum projeto hoje em dia que não apóie a medicina liberal.

"Atualmente 90 por cento dos hospitais e serviços que atendem a Previdência são de natureza privada. Afastá-los, oferecendo em troca uma administração sabidamente inepta, é um escândalo", afirmou.

Rocha volta a enfatizar que os objetivos da Política Nacional de Saúde não devem ter como base uma cláusula estatizante, além de ditatorial, prevendo a intervenção e a desapropriação, por parte do Estado, nos serviços de saúde de natureza privada. Adverte que, neste caso, um nivelamento por baixo do atendimento pode provocar a deterioração de todo o sistema e da própria medicina, já que a medicina liberal é que estimula o progresso científico.

Ele explica que concorda com a existência de medicina e assistência para todos os brasileiros, sob o comando único do Ministério da Saúde, com as práticas descentralizadas:

"Estados e municípios teriam a responsabilidade na aplicação do Plano Nacional de Saúde, que seria voltado para a totalidade da população brasileira", finalizou.

Cunha reclama da gramática da Carta

Rio — O acadêmico Celso Cunha prevê que terá muito trabalho para fazer a revisão gramatical do extenso e detalhado texto da Constituição elaborado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. "O texto feito pelos políticos terá estilos muito variados e pouca clareza", declarou o gramático, ontem, no Rio, após palestra num congresso internacional de letras.

Convidados pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, Celso Cunha e Antônio Houaiss não sabem quando terão o texto em mãos para iniciarem o trabalho nem quanto tempo levarão para terminá-lo: "Isto depende do tamanho do texto de Bernardo Cabral", disse Celso Cunha. Ele adiantou que gastará o tempo necessário para dar clareza aos artigos da nova Constituição. "Os políticos não

partiram de um molde anterior de constituição nem se basearam na forma do texto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ou simplesmente Comissão Afonso Arinos, como ficou conhecida, da qual também participei como revisor final", enfatizou Celso Cunha.

Explicou que fará emendas ao texto de Bernardo Cabral, mas sem alterar seu conteúdo. Celso Cunha lembrou que será difícil conseguir a harmonização do texto" e espera que o próprio Bernardo Cabral entregue à revisão final um texto que tenha o seu estilo de escrita e não uma variedade que poderá atrasar os trabalhos de revisão". O objetivo principal é a clareza e a propriedade textual, sem, no entanto, entrar em preciosismo lingüístico exagerado", concluiu Celso Cunha.

Amazônia contra S. Paulo

A proposta de ampliação de até 110 deputados federais para estados de maior número de eleitores, como São Paulo, defendida pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi interpretada pelo senador Ronaldo Aragão, presidente regional do PMDB, como "um atentado aos interesses da Amazônia, e uma pressão absurda ao princípio federativo do País".

Atualmente a Amazônia toda,

reunindo deputados do Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, conta apenas 46 deputados federais contra 60 de São Paulo. "Um absurdo porque acabamos tendo, juntos, menos representantes que um único Estado e quando nós temos que defender alguma coisa de interesse regional acabamos sufocados pelos interesses de estados como o que elegeu Ulysses Guimarães", disse o senador.